



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS
SOCIAIS III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Território, Poder e Conflito

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

**Tramas e dramas dos agricultores familiares - atores,
institucionalidades, concepções políticas no território centro-
sul do paraná**

Caroline Becher¹

Cristiane Tabarro²

Alvori Ahlert³

Resumo: Este artigo objetiva apresentar um olhar sobre tramas e dramas que entrelaçam a agricultura familiar no Território Centro-Sul do Paraná, estabelecendo conexões com os atores e atrizes, as institucionalidades, identidades e suas concep es ideológicas. O estudo se caracteriza por ser uma pesquisa qualitativa, com análise subjetiva, através do método de análise documentário de interpreta o de Karl Mannheim, para descrever e entender as institui es não individuais. Isso oportuniza uma análise mais complexa, sist mica, crítica e subjetiva dos processos das rela es constituídas do agricultor familiar e suas famílias com as redes, tramas e seus dramas. Compreende-se a importância das rela es territoriais dialogarem para o agir efetivo das políticas por meio de suas redes e a es concretas para o fortalecimento da agricultura familiar e de toda trama na qual ela está inserida

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural; Territorialidades.

Abstract: This article aims to address the plots and dramas that intertwine family agriculture in the Central-Southern Territory of Paraná, establishing links with actors and actresses, such as institutions, identities and their ideological conceptions. The study is done as a qualitative research, with an analysis of the theme, through Karl Mannheim's interpretation documentation method, to describe and understand non-individual policies. This edition has an analysis, integration and orientation of the process of the riot constitutions of farmer family and their families with networks, plots and their dramas. To understand if the territorial relations dialogue for the effective fulfillment of the policies by the means of their networks and concrete actions for the strengthening of the familiar agriculture and of all the plot in which it is inserted.

Keywords: Family farming; Rural Development; Territorialities.

¹Assistente Social. Doutoranda no Programa de Pós-Gradua o em Serviço Social e Política Social, e-mail: karolbecher@hotmail.com.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

²Pedagoga. Mestre em Desenvolvimento Rural e Sustentável, e-mail:
cristiane.pedagog@yahoo.com.br

³ Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural e Sustentável
UNIOESTE - Marechal Cândido Rondon, Teólogo. alvorahlert@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O recorte espacial, temporal e de vida do cenário a ser pesquisado é o Território Centro-Sul do Paraná, localizado na mesorregião Sudeste do Paraná, tendo como ponto focal suas inter-relações com os atores sociais atrelados às territorialidades com seus conflitos *versus* diferentes interesses. Neste caso, enfatizam-se as tramas e dramas dos agricultores familiares no Território Centro-Sul do Paraná sob a percepção destes atores, suas institucionalidades e concepções ideológicas, tendo como característica primária as análises subjetivas dessas relações. Tem-se como objetivo, identificar possibilidades de construção de novas territorialidades, que sejam culturalmente valorizadas, politicamente viáveis e ambientalmente possíveis de construção comunitária.

Importante peculiaridade da região consiste na diferenciação diante do contexto estadual. Ao mesmo tempo que, no comparativo mesorregional, o Sudeste apresenta um rol de indicadores – tamanho populacional, grau de urbanização, condição social, de infraestrutura de saneamento, entre outros – que a colocam em posições de menor destaque no *ranking* estadual, sua dinâmica econômica recente evidencia indicativos de um crescimento considerável, uma vez que vem sustentando a participação na formação da renda estadual, num período em que a maioria das mesorregiões registra perdas relativas, diante do acentuado ritmo de crescimento da mesorregião Metropolitana de Curitiba. Compõe o grupo das mesorregiões com menor contribuição para a arrecadação do Estado, porém se caracteriza pela maior estabilidade. Nos anos 1990, a região evidenciou um desempenho do mercado de trabalho também relativamente favorável, com menores taxas de desemprego e destaque no aumento do emprego formal.

No campo social, apresenta os maiores indicadores de pobreza extrema concentrando os maiores “bolsões de pobreza” do estado. O Paraná possui o maior índice de pobreza dos estados da região sul, tendo 39,07% de incidência de pobreza. (IBGE, 2010) Diante deste cenário, compreende-se a importância de fortalecer os estabelecimentos rurais, através de políticas públicas para o desenvolvimento rural.

A problemática latente no Território Centro-Sul do Paraná é em relação ao tabaco, com seu viés emblemático, por um lado sendo uma das atividades principais de geração de renda da região, por outro lado, segundo o Art. 03, da Convenção – Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde (CQCT), suas consequências devastadoras nas questões sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco. Esse movimento inacabado, emblemático traz em si elementos para a reflexão e diálogos mediante um sistema avassalador do agronegócio e as visões e percepções estáticas dos agricultores familiares do que significa desenvolvimento,

suas concepções ideológicas, tecnológicas e culturais que fragilizam sua história, cultura, fazendo com que tenham atitudes descaracterizando os cenários rurais de nossa região não só geograficamente analisando no viés da sustentabilidade, mas também da descaracterização dos costumes, tradição, cultura, arraigados por concepções ideológicas e tecnológicas avassaladoras do agronegócio.

Em se tratando de território Centro-Sul do Paraná a maior parte das ocupações econômicas, 53% encontram-se ligadas ao setor agropecuário, sendo superiores aos níveis do Estado. Dos agrupamentos agroindustriais do Paraná, o Território não possui expressividade em nenhum deles, em contrapartida, é um dos maiores produtores de fumo e erva-mate do Estado (IPARDES, 2005). De acordo com resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017, o Sul do Brasil lidera o ranking produção de fumo/folha seca, sendo o Paraná o 3º maior produtor do país (IBGE, 2017).

Para Abramovay (2001, p. 01) “[...] a ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial, não pode ser encarada como etapa do desempenho social a ser vencida pelo avanço do progresso e da urbanização”.

Justifica-se a importância desse artigo para contribuir com a produção de conhecimentos sobre desenvolvimento rural e agricultura familiar no Território Centro-Sul do Paraná, dialogar sobre a conjuntura do tabaco, suas conexões, impactos sociais, tecnológicos e ideológicos, no entanto, dialogar junto aos atores dessas tramas, institucionalidades, concepções ideológicas na relação subjetiva do Território *versus* territorialidades.

A territorialidade é a condição social para o aprimoramento da racionalidade, memória, cultura, reflexão, opinião, ou seja, propicia em sua organização estrutural e política condições para que a sociedade exercite a coletividade e sua humanidade – conflitualidade entre atores sociais em seus diferentes interesses, algo que se estabelece em sua trajetória (ações, atitudes) para que se possa enfrentar a vivência. Para Saquet (2015) sociedade/espaço/tempo/natureza/território são indissociáveis. É ter a capacidade de discernir, avaliar e realmente objetivar o que é relevante para a vida enquanto projeto teleológico.

Entendemos a territorialidade em quatro níveis correlatos: a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espaço-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo. (SAQUET, 2015, p.107-108)

Os conflitos podem gerar desenvolvimento. O desenvolvimento territorial requer um conjunto de variáveis e a territorialidade é resultado desses conflitos. No decorrer desta

pesquisa têm-se como premissa, apresentar as características do enfraquecimento das tramas organizacionais no que do Território Centro-Sul do Paraná e os dramas que norteiam essa realidade.

Segundo Tabarro (2018), uma das lutas consideradas de suma importância é o fortalecimento do tecido sócio-organizativo do território e a carência de participação de agricultores nos espaços de representatividade e nas instâncias de tomada de decisões do Território Centro-Sul do Paraná. O tecido sócio-organizativo e/ou tecido social ou capital social é considerado o principal elemento de agregação de todos os esforços para a promoção do desenvolvimento rural. Os capitais financeiro, ambiental e humano têm sido maximizados por ele. A participação de agricultores nos rumos do desenvolvimento do Território Centro-Sul do Paraná é limitada e, salvo experiências pontuais, vem afetando o funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CMDRS) e do Conselho Gestor do Território, incluindo suas câmaras técnicas, sendo que nos últimos tempos não há reuniões dessas câmaras.

Para Raffestin, o Território é um espaço modificado pelo trabalho e revela relações de poder, há signos e símbolos específicos, preocupa-se com suas representações. Segundo Saquet, (2015,p37):

Assim, conforme Raffestin e Bresso (1979) a territorialidade é fruto do trabalho, ou seja, significa troca de energia e informação entre os homens e, ao mesmo tempo, posse de uma porção do espaço. A territorialidade varia no tempo, de acordo com cada estágio de desenvolvimento: orgânico, mecânico e cibernético, sempre vinculada ao controle de objetos e pessoas e, desse modo, gera diferentes paisagens. Estas últimas são compreendidas como projeção social no espaço, como sistema integrado de relações entre homens, espaços e tempos (SAQUET, 2015, p37)

De forma arbitrária, verticalizada que os Territórios foram constituídos, Fávoro (2014) tornou-se arbitrária também a forma como se dão as relações políticas, sociais, organizacionais que interagem nesse processo para o desenvolvimento rural, quem muitas vezes pela organização estrutural através do Conselho Gestor torna-se uma via fácil de se conseguir recursos aos municípios, porém não se apropriam da importância social, democrática e participativa que o Território em sua essência deve possuir. Segundo Saquet, (2015) a “Sociedade-espaço-tempo-natureza-território são indissociáveis. O que não significa dizer que são sinônimos, mas, sim, que estão em unidade constante, tanto ontológica como epistemologicamente”(p.40).

Embora os indivíduos que fazem parte desse espaço não estejam no mesmo ambiente, seja em sua propriedade, comunidade, município ou região, o contexto macro torna os atores sociais, mesmo que indiretamente, estreitamente vinculados à complexidade para se compreender a territorialidade. Neste sentido, a territorialidade não pode se

restringir ao aspecto micro de sociedade e de suas inter-relações, mas implica uma visão sistêmica, objetiva e complexa.

O 1º passo para coleta de dados para essa pesquisa designada como qualitativa foi entrevistar agricultores (as) lançando a seguinte questão: *Quais os dramas sentidos por você agricultor (a) como sujeito na sociedade que o cerca?!*

O 2º passo para fundamentar esse “campo de batalha” entre *agricultura familiar x institucionalidades x territorialidades*, utilizamos a subjetividade e a complexidade do método de análise documentário de Karl Mannheim para descrever e entender as entidades não individuais, oportunizando uma análise mais complexa, sistêmica, crítica e subjetiva dos processos de relações constituídos e de compreensão do desenvolvimento como arte – o que está além de quantificar e qualificar.

Para transformar a visão de mundo de um objeto em uma análise científica, Mannheim apresenta o método de interpretação que a caracteriza como documentário. Nessa abordagem tudo se torna um documento que está sendo analisado metodologicamente, portanto um discurso é um documento. Um produto cultural pode ter um nível objetivo ou imanente dado de forma natural, um nível expressivo que é transmitido em forma de palavras ou ações e por último um nível documentário em forma de uma ação prática.

Dessa forma todo produto cultural apresenta em sua totalidade os três níveis ou estratos distintos de significação, passíveis de serem revelados pelas análises científicas. Diferentemente do objeto natural, no qual é possível perceber ou intuir uma caracterização bastante próxima de sua constituição real num primeiro olhar, o produto cultural necessita de uma análise que considere os três níveis de interpretação. Não é possível compreender uma obra de arte se percebermos apenas o nível objetivo ou imanente; temos que compreender também os sentidos expressivo e documentário se quisermos esgotar as possibilidades de análise e transcender sua significação imediata. (WELLER et al., 2002, p.386).

O sentido do objetivo está no conhecimento do contexto social através do qual e no qual existem as coisas. Seu sentido não existe no conhecimento dos atos intencionais do ator ou individuais, mas sim ele é o produto da manifestação. O sentido expressivo não pode ser interpretado independentemente do sujeito e de seu contexto, ou seja: a verdadeira razão do ato só será compreendida se os atores tiverem acesso ao mundo interior do sujeito. Já, no documentário, o que interessa é a interpretação da ação, do ato, pois a ação passa a ser um documento.

O que interessa nesse terceiro nível de interpretação é a descoberta do sentido documentário da ação, ou seja, a análise do que esse ato, mesmo sem querer, documenta ou revela sobre o amigo que ofereceu a esmola. A partir do momento que a ação passa a ser um documento para a interpretação teórica, ou seja, a partir do momento em que o ato de dar esmolas foi interpretado teoricamente como “hipocrisia”, o sentido da ação continua sendo objeto de interpretação, mas de forma distinta àquelas realizadas até o momento. A mesma técnica de interpretação pode ser aplicada na análise de outras manifestações de sua personalidade, tais como: suas expressões faciais, seus gestos, seu modo de andar, seu ritmo de discurso. (WELLER et al., 2002 p. 387 e 388).

O sentido do objetivo está no conhecimento do contexto social através do qual e no qual existem as coisas. Seu sentido não existe no conhecimento dos atos intencionais do ator ou individuais, mas sim ele é o produto da manifestação. O sentido expressivo não pode ser interpretado independentemente do sujeito e de seu contexto, ou seja: a verdadeira razão do ato só será compreendida se os atores tiverem acesso ao mundo interior do sujeito. Já, no documentário, o que interessa é a interpretação da ação, do ato, pois a ação passa a ser um documento.

CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE TERRITÓRIO

O território constitui-se como o lugar em que se materializam todas as ações, poderes, fraquezas, forças, paixões, enfim o contexto espacial em que a história do homem se realiza a partir das manifestações de sua existência, o que traz a Geografia como a disciplina capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 2006)

A concepção de espaço desconsiderando a ação humana sobre a natureza é criticada por uma nova vertente da Geografia, denominada geografia crítica. Essa vertente está fundamentada no materialismo histórico e dialético, o qual introduz o pensamento geográfico no centro do pensamento social, a fim de promover mudanças no pensamento e nos estudos geográficos. Esse ramo de estudo adota a formação social como teoria e método, colocando o espaço como instância social.

Dessa forma, a geografia crítica reconhece o espaço como socialmente construído, sob determinações capitalistas, e o espaço passa a ser estudado enquanto *locus* da acumulação do capital. Portanto, a sociedade é o campo da “compreensão dos efeitos do tempo e mudanças (processos) e especificam as noções de formas, função e estrutura, elementos fundamentais para a compreensão da produção do espaço.” (SANTOS, 2014, p. 67).

Mas o que primeiramente há que se constatar e ter bem claro é que o espaço e território não são sinônimos, são conceitos diferentes e assumem distintos significados de acordo com cada abordagem e concepção. Robert Sack (1986, p.4), conceitua território “como resultado de uma construção social, e seus limites se alteram de acordo com as estratégias de apropriação, controle e delimitação do espaço, vincula o território do homem com a terra”. Noutra linha de raciocínio, Raffestin (1993, p.35), afirma que o espaço e território não são termos equivalentes e que, portanto, o território se forma a partir do espaço, “o território é gerado a partir do espaço”.

Desta forma, o território é uma construção histórica e, portanto, social possuindo tanto uma dimensão subjetiva quanto objetiva. Trata-se de uma perspectiva mais o t a l i z a n t e

de território, sendo o espaço o campo integrador da manifestação do poder e suas múltiplas esferas (econômica, política, social e cultural).

É no território que se organiza a materialização da vida social. A materialização da vida baseia-se na sociedade, natureza, tempo, totalidade, modo de produção, formação econômica e social, técnica e divisão do trabalho, ou seja, o espaço concreto da atividade humana, a condição existencial do cotidiano. Não obstante, os indivíduos são constituintes dos cenários sociais em que passam suas vidas cotidianas.

Assim, a categoria de análise deixa de ser o território em si – espaço natural - e passa a ser o território *usado* – o espaço social –, justamente por constituir-se o “fundamento do trabalho, o lugar da residência, as trocas materiais e espirituais e do exercício da vida, da política” (SANTOS, 1997, p.76). O conjunto das relações sociais constitui um dos componentes essenciais do território.

Nesse sentido, para Milton Santos, o território baseia-se nas seguintes categorias de análise: sociedade, natureza, tempo, totalidade, modo de produção, formação econômica e social, técnica e divisão do trabalho, ou seja, o espaço concreto da atividade humana, a condição existencial do cotidiano. É o território *usado* pelo ser humano que cria o espaço, ou seja, a ocupação do território pelo povo de forma efetiva e histórica denomina-se espaço.

A territorialidade está em nossas ações de todos os dias, nas nossas relações sociais vividas de forma cotidiana tramadas no trabalho, na comunidade, na rua, no banco, na escola, entre o público e o privado, no campo e na cidade. Corresponde às condições dos processos sociais (relações existenciais ou produtivas), bem como o resultado desses processos.

A apropriação de uma porção do espaço, a forma como as pessoas utilizam a terra e como elas próprias se organizam, com todas as suas dimensões de sociabilidade, pressupõe o exercício do poder que se manifesta nos atores sociais a partir dos seus interesses e que irão definir e redefinir suas territorialidades. O que faz com que as territorialidades sejam estabelecidas de forma intencional.

Portanto, o que vai definir o território em primeiro lugar é o poder, conseqüentemente, seu perfil será definido primeiramente através da dimensão política antes de qualquer coisa. Neste sentido, se inscreve a justificativa de Raffestin (1993), quando considera a população como a origem do poder; o território o fundamenta e os recursos são os seus instrumentos – elencado por ele como os trunfos de poder.

A produção das desigualdades resulta em vulnerabilidade que definida como um risco social caracteriza-se pela precariedade (ou ausência) de serviços coletivos e de investimentos públicos em infraestruturas que desse modo provocam a desproteção social das comunidades mais carentes. Para além das circunstâncias elencadas, podemos citar a

distância ou falta de acesso às políticas públicas e de Estado nos territórios vulneráveis com ausência ou fragilidade do poder público.

Nesse panorama, o conhecimento e a valorização do território são fundamentais para se pensar na implantação e efetivação de políticas públicas de proteção à população. A definição equivocada de território pode resultar na elaboração de uma política geral que não atenda às necessidades reais da população em um determinado território.

Desta forma, compreendemos o território como território do cotidiano. Sendo o lugar o campo expressivo das singularidades do território, apresenta-se na forma dos fatos, dos problemas isolados, a demanda institucional do território no campo individual, familiar, grupal e ou coletivo, é o morar, o estudar, o trabalhar, o divertir-se. É também processo de identificação, relações de identidade, cooperação, vizinhança, a intimidade, é nele (lugar) que se localiza a grandeza da sociabilidade.

OS DRAMAS E AS TRAMAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO CENTRO-SUL PARANANENSE

O debate sobre as políticas públicas e o território tem um diálogo muito próximo com a dinâmica e papel dos profissionais no campo da gestão/execução das políticas públicas. A concepção que Bertha Becker (2007, p.34) traz para o campo das políticas públicas discussões pouco estudadas, a autora entende a geografia “como a grafia da terra, não como descrição, mas como design, desenho e projeto; não em uma condição estática, mas sim em continua remodelação; não apenas ser descoberto, mas sim, também a ser socialmente construído”. Deste modo, traz um aporte interessante que é o socialmente construído e não estático. As dinâmicas presentes no cotidiano referem-se a um rural com atores que estão em movimento e, observar algo em movimento é muito mais complexo do que observar algo estático.

Boa Ventura de Sousa Santos tem pensando muito sobre o que ele chama de países abaixo da linha do equador e a partir destes pensamentos sobre a realidade considera que:

Enquanto cada um de nós se deixar surpreender pela realidade, não há perigo de dogmatismo. Só há dogmatismo quando nunca somos surpreendidos pela realidade, levamos tudo na cabeça encontramos tudo que já está nela. Sempre que assim ocorre este perigo existe, mas se nos deixarmos surpreender, podemos seguir o bom caminho. E aí é importante construir conhecimentos objetivos, que sigam as regras e metas das ciências sociais. Mas sem a neutralidade. Sabemos de que lado estamos”. (SANTOS, 2001, p.56)

O autor, ao trazer para o campo do debate a sociologia das ausências e das emergências, apresenta-nos uma proposta de defender o tempo presente. Vejamos, na sociologia das ausências, o autor problematiza que, na atualidade, estamos tão

preocupados com futuro que deixamos de enxergar o presente. A proposta dele é de alargar o presente e reduzir nossa percepção do futuro. Para que possamos perceber melhor o que está acontecendo no presente.

Já na sociologia das emergências permite-se ver experiências possíveis, futuras que não estão credibilizadas neste momento que não são suscetíveis de ter uma análise da racionalidade. Portanto, nós contraímos o futuro, reduzindo e obrigando a fazer um esforço de concretizar quais são as emergências possíveis, quais são as experiências possíveis, quais são impossíveis.

Na questão dialogada com agricultores sobre quais os dramas sentidos por eles diante da conjuntura capitalista em que vivem, apresenta-se o seguinte:

Na parte cultural é o individualismo. Em assistência técnica temos muitos vendedores de produtos, não se tem um agrônomo que possa orientar diante dos inúmeros problemas que se tem com pragas e doenças. Falta incentivo do poder público, pouco se importam com a agricultura familiar. (AGRICULTOR 1, 2019)

Ao estabelecer o debate sobre os dramas e as tramas que envolvem o cotidiano dos agricultores familiares, torna-se importante balizar alguns eixos de análises sobre estes dramas. Destacamos alguns eixos principais como: no aspecto cultural o individualismo; extensão rural e assistência técnica especializada para a produção de alimentos; políticas públicas e efetivação de direitos; acesso a políticas públicas, bens e serviços.

Segundo outra agricultora em relação aos dramas vividos e experienciados em meio a esta trama, ela afirma:

A falta de seriedade por parte do governo nas políticas públicas onde venha subsidiar os diversos setores agrícolas. (AGRICULTORA 2, 2019)

A crítica estabelecida é de que a Política Pública vem trabalhando em uma escala de gestão administrativa do visível, e do institucional; ou seja, trabalham de acordo com a dinâmica da gestão e não com o cotidiano da vida das pessoas e, por muitas, não levando em consideração o presente. Isto mostra como as Institucionalidades dos países, das nossas cidades, das nossas políticas públicas não acompanham a escala cotidiana, ficam presos a escala administrativa e à interesses de grupos específicos.

Ao estabelecermos o diálogo com os agricultores, identificamos elementos pontuais, principalmente o reconhecer-se agricultor (a) em tempos que o campo não é um lugar altamente desejável e atraente para se viver. Ainda que muitas famílias permaneçam no campo, existem muitos atrativos que acabam retirando essas famílias do espaço rural, migrando para cidades. Mesmo assim, a partir do relato abaixo podemos identificar algumas situações da luta pela permanência no campo em meios as tramas existentes no território rural:

Nasci em família camponesa, sempre fui camponesa. Começamos a trabalhar no plantio do fumo, e nessa lida, fomos convencidos a investir cerca de R\$ 60 mil num projeto inovador de uma estufa elétrica de grampo para secar o fumo, colocamos toda nossa energia nisso, porém toda a produção acabava por apodrecer dentro da inovadora estufa. Sem apoio técnico prometido, endividamos até os dias de hoje. Como o uso de agrotóxicos é intensivo no esquema de plantio das indústrias fumageiras e nosso trabalho tem que varar madrugadas por meses inteiros, toda a família desenvolveu problemas de saúde, como: náuseas, vômitos, irritação, tontura, tremedeira, desmaios e até alucinações, ainda assim persistimos nessa situação por seis longos e dolorosos anos, mas sempre matutando uma solução alternativa para escapar dessa armadilha bem montada das indústrias de fumo (AGRICULTORA3).

A realidade apresentada figura em uma problemática enfrentada por inúmeras famílias do campo. Como alternativas a essa forma de cultivo, surgem por volta dos anos de 2006, alguns programas do governo federal, que acabaram favorecendo as diversas alternativas de produção e favorecendo a participação da mulher nos meios de produção. Sobre esses programas a agricultora acrescenta que:

Foi quando alguns amigos nos apresentaram o PAA e o PNAE, trazendo uma nova esperança para nós camponeses. O programa consiste basicamente no governo comprando alimentos de qualidade diretamente da agricultura familiar local para serem distribuídos nas escolas da cidade, asilos, orfanatos, hospitais, etc. diminuindo gastos com embalagens, fretes e logística e mantendo os recursos na comunidade local. Após conhecer e simpatizar com o Programa, cadastrei-me junto a várias famílias esperançosas na possibilidade de aumento de renda e qualidade de vida. Comprometi-me com a entrega dos produtos de minha horta caseira, que tive que ampliar, e com a entrega de macarrão caseiro, indo entregar tudo pessoalmente nas escolas da região. Produzimos hoje verduras como alface, beterraba, couve-flor, salsinha, repolho e ainda nos organizamos enquanto comunidade para fornecer as frutas para as escolas e entidades cadastradas (AGRICULTORA3).

Os programas citados pela agricultora representam-se como uma alternativa a produção do tabaco. Diversas políticas públicas, planos do governo federal nos últimos 10 anos passaram a preocupar-se com a produção orgânica em contexto de agricultura familiar. Uma dessas políticas é a PNAPO (*Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica*) que tem como objetivo promover a transição agroecológica e a produção orgânica como base do desenvolvimento rural sustentável, e desta forma, possibilitar à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

Dentro desta lógica ganha destaque nos anos 2000 o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que é um programa do governo federal que tem por objetivo oferecer alimentação saudável aos milhões de estudantes das escolas públicas de todo Brasil. Tem como principal objetivo a melhoria das condições de aprendizagem, ensinar práticas alimentares saudáveis aos alunos por meio de ações de segurança alimentar e nutricional.

Já o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA tem por objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar, com a finalidade de atender a demanda de alimentos de

populações em condição de insegurança alimentar. Os participantes, agricultores enquadrados no PRONAF devem preferencialmente estar organizados através de grupos formais (cooperativas e associações).

A vida cotidiana não está fora da história, mas no centro dos acontecimentos históricos. Os acontecimentos partem e regressam à vida cotidiana, portanto, se inscreve em uma história e se desenvolve em dada historicidade, sob dadas condições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Território Centro-Sul do Paraná mantém ao longo dos últimos tempos sua principal característica que é a predominância da agricultura familiar, entretanto, assumiu a sua corresponsabilidade no desenvolvimento local ao promover ações integradas orientadas pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, coordenado pelo Conselho Gestor do Território. Os territórios quando foram constituídos foi algo não construído coletivamente com ideologias de compreensão de territorialidade e os elementos complexos, porém essenciais que constituem a questão relacional existente nos territórios como suas redes, tramas e seus entrelaces subjetivos – movimento inacabado de superação da atomização social. Segundo Saquet, (2015) “Essa organização histórica e relacional do território assenta-se na construção de malhas, nós e redes, formando campos de poder historicamente constituídos” (p.66).

Para o desenvolvimento do Território há um fator imprescindível que precisa ser retomado para a própria validação do que é, de fato, desenvolvimento territorial e dar luz e vida às ações e estratégias para esse desenvolvimento – o de fortalecimento do tecido sócio-organizativo atrelado à agricultura familiar.

Ainda a lógica capitalista e a gestão de políticas públicas consideram o produtor familiar como uma espécie de protótipo do pequeno capitalista, privilegiando os agricultores familiares com maior potencial econômico para inserção no mercado através de políticas públicas compensatórias e de financiamento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo (org.). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Ruralidade e desenvolvimento territorial**. Gazeta mercantil – 15.04.2001.

BECKER, Berta. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: BINSZTOK, Jacob (coord.). Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2007. p.22-42

BIANCHINI, Valter. Curso de formação em Sindicalismo. São Mateus do Sul-PR. 17.07.2017.

BIANCHINI, Valter. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e a Sustentabilidade da Agricultura no Vale do Ribeira – Paraná**. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, 2010, 189p.

BRASIL. IBGE. **Estimativa da população publicada pelo DOU. 2017**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>>. Acesso em: 15 out. 2017.

DESER. A cadeia produtiva do fumo. **Revista Contexto Rural**, n. 5. Curitiba, 20

FÁVARO, Jorge Luiz. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural**: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia. Curitiba, 2014.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: <<http://ipardes.gov.br>>. Acesso em: 16 out 2017.

MYNAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 1994.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho pedagógico).

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2 ed. São Paulo, Hucitec, 1997.

TABARRO, Cristiane. **Tramas e dramas da sucessão na agricultura familiar: Percepção dos jovens no território Centro-Sul do Paraná**. Dissertação de Mestrado. UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2018, 93p.

WELLER, Vivian et al. **Karl Mannheim e o método documentário de**

interpretação: uma forma de análise das visões de mundo. Sociedade e Estado.

Vol. 17, Nº 2. Brasília. Dez. 2002.